

## REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA DO SUL PAULISTA E LITORAL NORTE: MELHORIAS OU CONTINUAÇÃO DE UMA MESMA POLÍTICA PÚBLICA?

Felipe G. Arruda – UNIVAP – I&PD Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento.

Felipe.g.arruda@gmail.com

### RESUMO

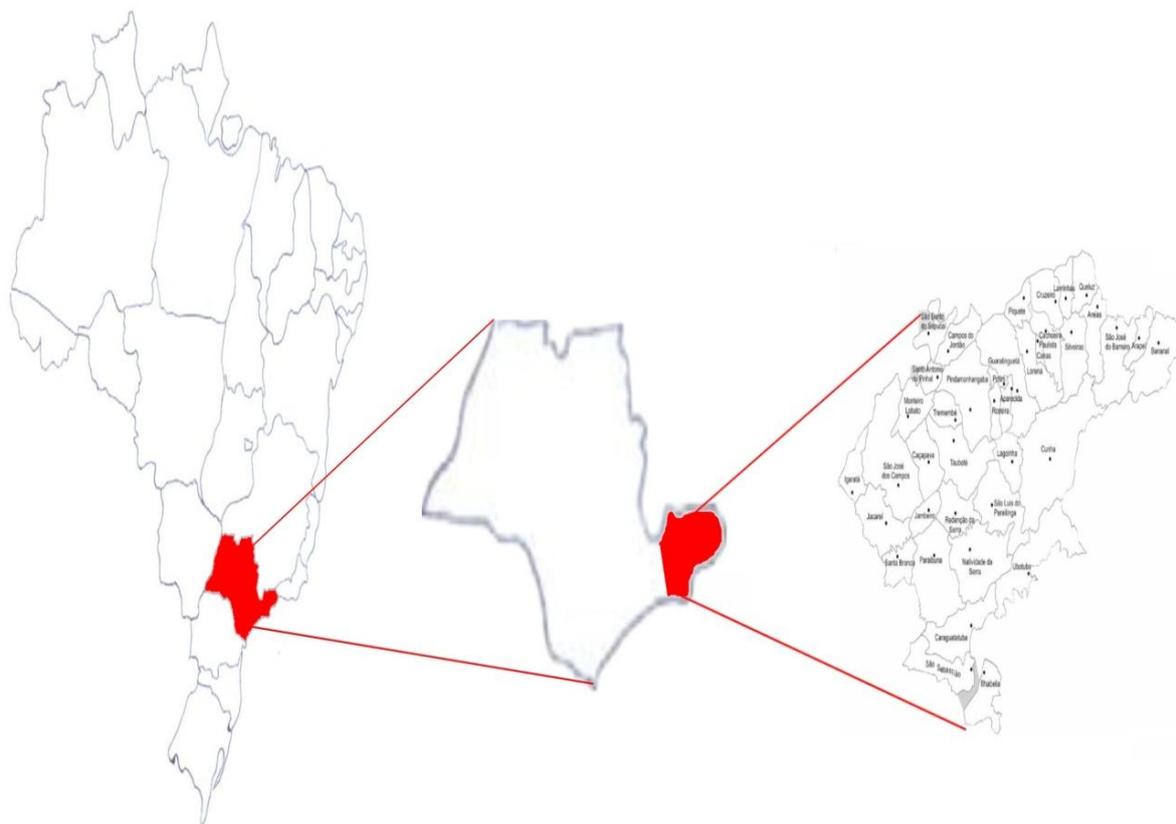
A criação da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte será mais uma tentativa de política pública para o desenvolvimento da região, a criação de um instrumento jurídico que permite o planejamento e a gestão de um grupo de cidades com integração territorial, econômica e demográfica. O objetivo desse artigo é demonstrar que já existiram política pública para o desenvolvimento na região do Vale do Paraíba do Sul Paulista, não funcionaram para o desenvolvimento, e a tentativa das mesmas políticas públicas do passado poderá ser fracassada, ou seja, a criação da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte criará apenas uma estrutura organizacional governamental, mais uma instância política, que não irá afetar diretamente o desenvolvimento de todas as cidades.

**Palavra chave:** Região Metropolitana, Vale do Paraíba do Sul Paulista e política pública.

### INTRODUÇÃO

O Vale do Paraíba do Sul Paulista está localizado no eixo entre cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, agregando as terras ao longo da calha do Rio Paraíba do Sul e, também as encostas das Serras da Mantiqueira e do Mar (Figura 2). A disposição geográfica, mais o traçado da Rodovia Presidente Dutra, proporcionaram níveis diferenciados de evolução da economia.

Os municípios localizados mais próximos da rodovia conheceram um intenso surto de industrialização e de urbanização a partir das décadas de 1960 e 1970. Por sua vez, os municípios localizados nas encostas das Serras do Mar e da Mantiqueira, permaneceram vinculados ao setor primário da economia, registrando constante êxodo rural e empobrecimento de sua população (VIEIRA 2009, p. 99).



**Figura 2:** Mapa da Área de Estudo

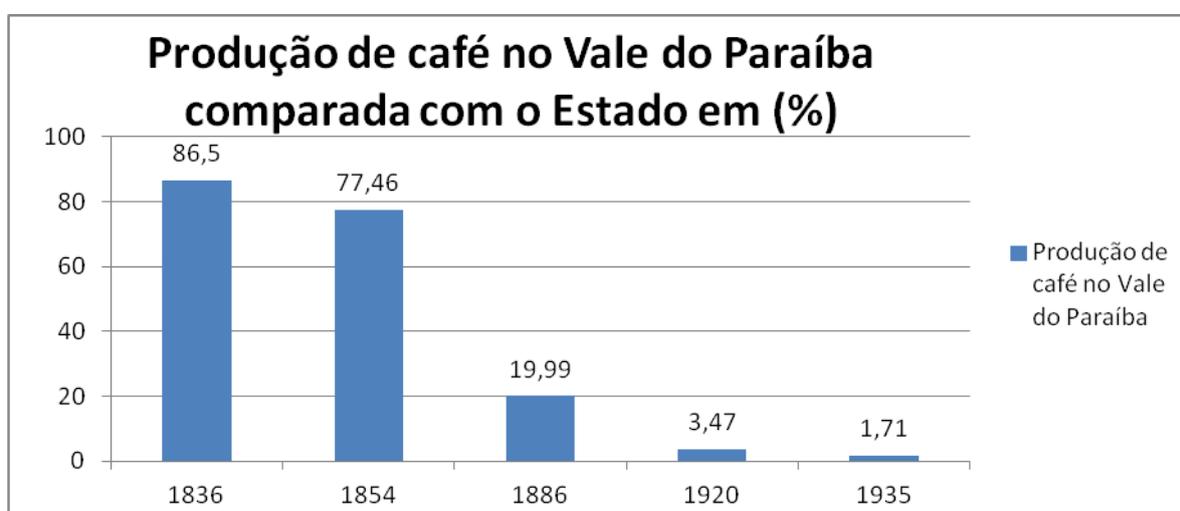
O Vale do Paraíba do Sul Paulista constitui uma das áreas mais antigas de ocupação do Estado, a colonização definitiva do Vale do Paraíba do Sul Paulista teve início no século XVII, como parte do processo de ocupação das terras brasileiras.

Segundo Ortiz (1998) apud Ramos (1996, p. 08, 09), o passo inicial para a conquista do Vale do Paraíba foi em 1628, quando D. Mariana de Souza da Guerra, Condessa de Vimieiro e donatário da capitania de São Vicente, concedeu a primeira sesmaria na região, beneficiando Jacques Felix, iniciando um processo de colonização na região das aldeias indígenas de Taubaté. O Vale do Paraíba inicia-se com 3 vilas, Guaratinguetá, Jacareí, e Taubaté.

No século XVIII o Vale do Paraíba do Sul Paulista é via de passagem do abastecimento das Minas Gerias, tendo cada vez mais vias de passagens, como corredor de acesso, ganha importância, a ligação entre as áreas mineradoras e o litoral provocarão o aquecimento econômico e aumentarão as vias e acessos trazendo novas possibilidades à ocupação e povoamento da região.

No final do século XVIII, um novo elemento viria trazer à região, uma nova etapa de progresso, o café. Com a introdução do café, o Vale do Paraíba do Sul Paulista viveu um período de prosperidade econômica, sendo fator de progresso e crescimento econômico. De acordo com Ricci (2008), os barões do café e sua ascensão política sobre a sociedade brasileira foram uma das consequências dessa prosperidade do café, formando o “Império do café”, como demonstra o gráfico 1.

**Gráfico 1:** Produção de Café no Vale do Paraíba em relação a produção total do Estado de São Paulo, em porcentagem (%).



Fonte: Ricci op. Cit. MILLIET. 1946

O desenvolvimento e crescimento econômico do Vale do Paraíba do Sul Paulista estão intimamente ligados às fases econômicas específicas, o maior exemplo é com a fase do café, que modificou a estrutura social e deu prestígio e poder político à região, de acordo com Ricci (2008, p. 33), os barões do café e sua ascensão política sobre a sociedade brasileira foram uma das consequências dessa prosperidade do café, formando o “Império do café”. A produção de café no Vale do Paraíba do Sul Paulista comparada com o Estado de São Paulo era no século XIX era muito significativa (Gráfico 1). Com o decorrer do tempo foi diminuindo a produção e conseqüentemente aconteceu o declínio econômico e demográfico, principalmente após a abolição da escravidão. Percebe-se e o café começa a diminuir a partir de 1854. O café entrou em colapso quando a plantação do café do oeste paulista começa aumentar (mão de obra assalariada, solos mais férteis).

Entre os anos de 1900 a 1950 as cidades do Vale do Paraíba do Sul Paulista mantiveram os seus níveis populacionais e econômicos. No período posterior a 1950 apenas as cidades próximas da Rodovia Presidente Dutra tiveram um maior aumento demográfico, industrial e econômico. A Rodovia Presidente Dutra caracterizou como um ponto de interligação capaz de diferenciar funções urbanas (ANTICO e LEAL, 1993, p. 15).

A inauguração da Rodovia Presidente Dutra em 1950 trouxe para o Vale do Paraíba do Sul Paulista uma localização privilegiada em relação a cidade de São Paulo e ao Rio de Janeiro, na articulação dos principais centros metropolitanos do País, constituindo-se em um espaço estratégico para a expansão do setor industrial, além de influenciar significativamente a aceleração do processo de urbanização dos municípios situados nesse eixo, apresentando um grande desenvolvimento industrial, em especial aqueles localizados próximos à Região Metropolitana de São Paulo e ao longo da via Dutra, enquanto os demais entraram em um processo de estagnação. Conseqüentemente a região passou a se constituir em um dos eixos da desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo, o que contribuiu para o direcionamento de fluxos migratórios para a área. As crises dos anos 1980 e 1990 afetaram de maneira incisiva a Região, refletindo-se no aumento do número de desempregados e na deterioração das condições de vida da população (VIEIRA 2009, p. 85).

## **Objetivo**

O objetivo desse artigo é demonstrar que já existiram política pública para o desenvolvimento na região do Vale do Paraíba do Sul Paulista, não funcionaram para o desenvolvimento, e a tentativa das mesmas políticas públicas do passado poderá ser fracassada, ou seja, a criação da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte criará apenas uma estrutura organizacional governamental, mais uma instância política, que não irá afetar diretamente o desenvolvimento de todas as cidades.

## **Metodologia**

A primeira parte será a de revisão bibliográfica e aquisições de dados. A revisão bibliográfica será realizada por meio da leitura e fichamento de livros, artigos, dissertação e teses. Toda a revisão está sendo feita uma seleção pertinentes às palavras chaves: consumo, ambiente, população, energia elétrica, dinâmica populacional, migração, urbanização e histórico da área de estudo.

A aquisição dos dados será feita através de instituições como o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) por meio do site <http://www.ibge.gov.br>, Emplasa, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A e a Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) por meio do site <http://www.ipea.gov.br>. Na segunda parte do procedimento metodológico, realizará uma triagem das informações obtidas na revisão bibliográfica e da aquisição dos dados. A terceira parte do trabalho tratará da interpretação e análise integrada das informações obtidas nas correlações realizadas das fases anteriores.

## **Histórico de políticas públicas no Vale do Paraíba e Litoral Norte**

No Brasil as grandes políticas públicas foram os Planos Nacional de Desenvolvimento, PND, foram feitos IV PND, porém nenhum deles conseguiu trazer uma equidade para o Brasil. Na constituição de 1988 há um novo ordenamento nas políticas públicas brasileiras onde o município começa a ter uma maior autonomia.

O histórico de políticas públicas regionais no Vale do Paraíba se inicia na década de 1960 com os primeiros esforços de planejamento integrado no Vale do Paraíba, o CODIVAP. Os desenvolvimentos regionais foram decorrentes da associação dos municípios, e em 1961, começaram a reunir-se para discutir a idéia de criar um organismo que associasse os municípios com objetivos comuns e promovesse o desenvolvimento regional.

O plano do macro-eixo paulista 1978 tinha como objetivo promover um desenvolvimento mais equilibrado e integrando o Vale do Paraíba e o litoral norte em face política de desenvolvimento urbano e regional, voltada à descentralização da área metropolitana de São Paulo (MAVALE, 1992).

O Projeto MAVALE, foi elaborado para uma melhor distribuição do uso da terra regional que conduza para um desenvolvimento mais equilibrado e harmônico, de modo que as populações não comprometam a utilização de recursos naturais para as gerações futuras.

Em 2011, volta na pauta dos políticos, mais uma tentativa de política regional, a região metropolitana do Vale do Paraíba e litoral Norte.

Muitos dos problemas econômicos, sociais, demográficos e ambientais extrapolam os limites dos municípios e o enfoque regional. Sua solução busca objetivos comuns entre os políticos para facilitar as ações corretivas e preventivas.

## **Resultados**

### **Região Metropolitana do Vale do Paraíba do Sul Paulista e Litoral Norte**

No século XXI, em 2012, criaram uma Região Metropolitana do Vale do Paraíba e litoral Norte, a criação de uma região metropolitana (instrumento jurídico que permite o planejamento e a gestão de um grupo de cidades com integração territorial, econômica e demográfica) são necessários alguns requisitos que as cidades tenham características semelhantes umas das outras, segundo a Empresa EMPLASA (2011), as características são:

- Continuidade da mancha urbana (conurbação);
- Presença de equipamentos de porte regional (hospitais de alta e de média complexidade; ensino superior público; centros de distribuição; shoppings centers);
- Tipologia do PIB municipal;
- Valor total do PIB;
- Tamanho e Taxa de crescimento da população urbana;
- Fluxos pendulares recebidos.

Devido ao tamanho e a sua composição de 39 municípios, a região metropolitana do Vale do Paraíba e litoral Norte não consegue ter todas essas características em todas as cidades, pois na maioria das cidades não há a metade desses critérios.

A regionalização, que visa principalmente criar regiões, programas para ações de planejamento e políticas públicas, há que continuar se apoiando no referencial teórico clássico, isto é, certo grau de homogeneidade geoeconômica e organização polarizada (BRASIL, 2008 p. ). Para a região Metropolitana do Vale do Paraíba e litoral Norte, a única característica de homogeneidade entre as cidades é a sua localização (Figura 1).

As definições de região/regionalização são complexas. A organização do espaço, as políticas para o uso do solo, espaço social e sua flexibilidade na organização se articulam e dificultam definições rígidas e que exigem a combinação de critérios variados. Para um melhor definição de região e regionalização deverá fazer um recorte temático, não abordando apenas o espaço físico, mas característica de homogeneidade. Para que uma região tenha um verdadeiro desenvolvimento e planejamento, se exige envolvimento e legitimação de ações que promovem rupturas e, portanto, envolve tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazo. (BRASIL, 2008, p. ).

Outro aspecto importante para se abordar em relação a região e regionalização é a escala, que deve ser vista como um recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais.

Para uma região ter desenvolvimento e planejamento é necessário haver homogeneidade, integração econômica do território e do comércio, os fluxos inter-regionais são os mais relevantes, com ênfase nos eixos de integração física, especialmente o sistema de transportes. Do ponto de vista da integração urbano-regional, os fluxos intra-regionais devem ser enfatizados na medida em que privilegiam as infraestruturas intermediárias que induzem o processo de integração urbano-regional e reforçam o papel polarizador do centro econômico dominante.

A definição de região segundo Brasil 2008:

*“A noção de região envolve também dimensões técnicas, econômicas, sociais e culturais. Mais que isso, e se as tecnologias permitem superar contingências naturais, se as tecnologias permitem crescentes níveis de padronização e homogeneização dos processos econômicos e urbanísticos, é cada vez mais evidente a necessidade de considerar as especificidades*

*regionais, a paisagem natural e seu estoque de recursos sob o ponto de vista da sustentabilidade e da biodiversidade”.*

Segundo BRASIL (2008), O Brasil precisa aumentar o grau de coesão do desenvolvimento entre as regiões, de forma a potencializar a diversidade das forças produtivas, incorporando novos agentes econômicos com a formação de um mercado de massa dinamizador do mercado interno.

No caso de estudo da região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte não implica em orçamento, construção local de construção de indústrias, condomínios fechados e sim em políticas públicas regionais. Para isso, não precisaria construir uma região metropolitana, é necessário comprometimento dos prefeitos da região para que, de fato, consiga-se um planejamento integrado entre cidades, minimizando desigualdades sociais e melhorando questões como o transporte público intermunicipal e uso do solo (O VALE, 2011).

O Projeto de lei complementar Nº 66, DE 2011, tem a intenção da criação da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, composta por 39 municípios: Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Igaratá, Ilhabela, Jacareí, Jambuí, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé e Ubatuba. No 2ª artigo da Lei 66/2011 disserta sobre a os principais objetivos, como promover o planejamento regional, melhorar a qualidade de vida, cooperação entre vários níveis de governo, utilização racional dos recursos naturais (sustentabilidade) e diminuir a desigualdade regional.

A lei complementar da região metropolitana demonstra como a mesma será organizada e estruturada. Não demonstra quais as políticas que irão diminuir as disparidades socioeconômicas e demográficas da região.

O diagnostico sócio econômico realizado demonstra que existe uma disparidade entra as cidades (Figura 3).

Unidades Territoriais	PIB Total	Participações(%)	Posição na Região	Posição no Estado
Aparecida	373.614.718	0,72	14 <sup>o</sup>	203 <sup>o</sup>
Arapeí	18.709.849	0,04	39 <sup>o</sup>	636 <sup>o</sup>
Areias	31.531.493	0,06	35 <sup>o</sup>	580 <sup>o</sup>
Bananal	77.173.329	0,15	24 <sup>o</sup>	430 <sup>o</sup>
Caçapava	2.020.417.908	3,88	6 <sup>o</sup>	68 <sup>o</sup>
Cachoeira Paulista	290.103.015	0,56	16 <sup>o</sup>	237 <sup>o</sup>
Campos do Jordão	491.189.936	0,94	13 <sup>o</sup>	172 <sup>o</sup>
Canas	29.121.243	0,06	38 <sup>o</sup>	594 <sup>o</sup>
Caraguatatuba	919.085.818	1,77	10 <sup>o</sup>	111 <sup>o</sup>
Cruzeiro	951.838.161	1,83	9 <sup>o</sup>	108 <sup>o</sup>
Cunha	112.222.380	0,22	22 <sup>o</sup>	357 <sup>o</sup>
Guaratinguetá	1.816.229.595	3,49	7 <sup>o</sup>	73 <sup>o</sup>
Igaratá	70.606.621	0,14	28 <sup>o</sup>	444 <sup>o</sup>
Ilhabela	263.545.799	0,51	17 <sup>o</sup>	242 <sup>o</sup>
Jacareí	4.307.484.439	8,28	4 <sup>o</sup>	34 <sup>o</sup>
Jambeiro	622.849.760	1,20	12 <sup>o</sup>	143 <sup>o</sup>
Lagoinha	43.503.268	0,08	31 <sup>o</sup>	525 <sup>o</sup>
Lavrinhas	49.400.661	0,09	29 <sup>o</sup>	505 <sup>o</sup>
Lorena	1.034.131.755	1,99	8 <sup>o</sup>	106 <sup>o</sup>
Monteiro Lobato	31.982.750	0,06	34 <sup>o</sup>	576 <sup>o</sup>
Natividade da Serra	42.842.974	0,08	32 <sup>o</sup>	529 <sup>o</sup>
Paraibuna	132.645.402	0,26	20 <sup>o</sup>	332 <sup>o</sup>
Pindamonhangaba	4.049.194.703	7,79	5 <sup>o</sup>	36 <sup>o</sup>
Piquete	83.150.460	0,16	23 <sup>o</sup>	413 <sup>o</sup>
Potim	126.347.490	0,24	21 <sup>o</sup>	339 <sup>o</sup>
Queluz	74.508.901	0,14	27 <sup>o</sup>	437 <sup>o</sup>
Redenção da Serra	29.290.846	0,06	37 <sup>o</sup>	590 <sup>o</sup>
Roseira	166.243.250	0,32	18 <sup>o</sup>	296 <sup>o</sup>
Santa Branca	162.417.868	0,31	19 <sup>o</sup>	301 <sup>o</sup>
Santo Antonio do Pinhal	46.511.967	0,09	30 <sup>o</sup>	514 <sup>o</sup>
São Bento do Sapucaí	75.853.124	0,15	25 <sup>o</sup>	432 <sup>o</sup>
São José do Barreiro	31.143.825	0,06	36 <sup>o</sup>	583 <sup>o</sup>
São José dos Campos	20.718.594.730	39,84	1 <sup>o</sup>	8 <sup>o</sup>
São Luís do Paraitinga	74.973.592	0,14	26 <sup>o</sup>	433 <sup>o</sup>
São Sebastião	4.677.287.309	8,99	3 <sup>o</sup>	31 <sup>o</sup>
Silveiras	40.548.321	0,08	33 <sup>o</sup>	538 <sup>o</sup>
Taubaté	6.887.550.477	13,24	2 <sup>o</sup>	17 <sup>o</sup>
Tremembé	312.848.059	0,60	15 <sup>o</sup>	228 <sup>o</sup>
Ubatuba	723.522.919	1,39	11 <sup>o</sup>	130 <sup>o</sup>

**Figura 3:** O PIB (Produto Interno Bruto) da R.M. **Fonte:** EMPLASA, 2011

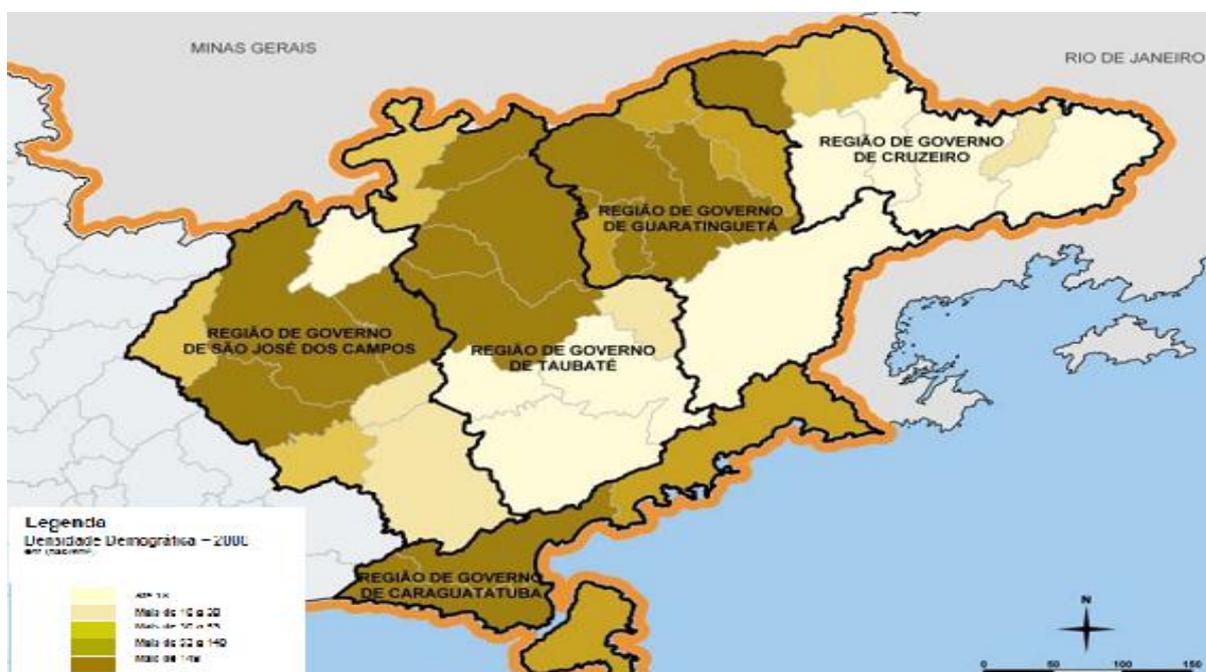
De acordo com a Figura 3, o PIB da região demonstra como as cidades estão em níveis diferentes de urbanização e modernização, como por exemplo, a cidade de São José dos Campos e Monteiro Lobato. As cidades fazem limítrofes, estão na mesma subregião e no eixo urbano estruturante, porém Monteiro Lobato não possui 1% do PIB de São José dos Campos e sua densidade demográfica e população é muito inferior.

Monteiro Lobato não é a única cidade com PIB baixo. São José dos Campos que é exceção, com PIB consideravelmente grande. Percebe se através da figura 3 que na região Metropolitana do Vale, 27 municípios dos 39 da região metropolitana possuem menos que 1% da participação do PIB da região. Os principais complexos industriais se localizam em 4 cidades (São José dos Campos, Jacareí, Taubaté e Pindamonhangaba), e essas 4 cidades se situam no eixo da Dutra e possuem a

maioria dos empregos. Uma das principais consequências é o congestionamento populacional no eixo da rodovia presidente Dutra e litoral Norte.

Para a região Metropolitana do Vale do Paraíba e litoral Norte possuírem uma menor disparidade, é necessário fazer uma maior articulação entre as cidades e não deixar essa concentração em poucas cidades.

Em relação à parte demográfica da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte existe a mesma disparidade socioeconômica. A região onde o EMPLASA denominou como eixo urbano estruturante, apresenta maiores índice, porém nesse eixo aparecem cidades como Campos do Jordão, Canas, Igaratá, Lavrinhas, Monteiro Lobato, São Bento do Sapucaí São Antonio do Pinhal, Piquete e Tremembé. Essas cidades apresentam índices demográficos muito mais parecidos com o Alto Paraíba do que outras cidades do eixo urbano estruturante. A Figura 4 demonstra a densidade demográfica da região, onde aparece nitidamente as 3 regiões através da densidade demográfica, eixo urbano com maior índice, Alto Paraíba com menor índice e litoral Norte com índice alto novamente. Esses dados demonstram de forma mais homogênea o eixo urbano, porém esse eixo não é tão homogêneo como aparenta.



**Figura 4:** Área da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. **Fonte:** EMPLASA 2011

Outro dado importante em relação à demografia é a quantidade total de população, que demonstra a população das 39 cidades no período de 1991 a 2010.

As disparidades na população das cidades aparecem ainda maiores em 2010, onde apenas seis cidades Caraguatatuba, Guaratinguetá, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba e São José dos Campos possuem mais de 100 mil habitantes. Em 1991 quatro cidades possuíam Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba e São José dos Campos (IBGE, 2010).

Um dos motivos que incentivou a criação da região metropolitana foi a população, porém a população não é um motivo eminente para a criação dessa região metropolitana com os 39 municípios; não existem várias aglomerações urbanas, e sim pontos isolados no Vale do Paraíba que possuem aglomerações urbanas, conurbações e alta densidade demográfica. As maiores partes do território não possuem essas características supracitadas.

Para haver uma prosperidade na região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte será necessário o comprometimento dos políticos e de Instituições privadas. Para ter um instrumento de política regional não é necessária a criação de uma região metropolitana, porque políticas públicas como CODIVAP (Consortio de Desenvolvimento do Vale do Paraíba) passado não prosperou.

A maioria das políticas públicas, políticas nacionais e internacionais voltadas para desenvolvimento regional não deram certo. A lição que fica para essa região Metropolitana do Vale, é que não adianta seguir um modelo pronto. Um planejamento integrando as 39 cidades deverá passar da esfera social ou econômica, deve abranger todas as características de um planejamento.

Um dos maiores problemas que a região metropolitana poderá ter em relação à falta de regularização do uso do solo é ocorrer uma disputa e segregação do solo urbano.

Criar novas instâncias e fortalecer estruturas governamentais não garante o sucesso da região Metropolitana do Vale. É necessário garantir ligações de recursos entre as cidades, haver maior acessibilidade entre as cidades. Com relação à burocracia, falta maior flexibilidade, mais agilidade em todos os processos legislativos e judiciários, pois temos muitas leis que não são cumpridas, será que a região Metropolitana será mais uma?

## CONCLUSÃO

Para haver uma prosperidade na região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte será necessário o comprometimento dos políticos e da sociedade civil. Para ter um instrumento de política regional não é necessária a criação de uma região metropolitana, que no passado não prosperou.

A maioria das políticas públicas, políticas nacionais e internacionais voltadas para desenvolvimento regional não deram certo. A lição que fica para essa região Metropolitana do Vale, é que não adianta seguir um modelo pronto. Um planejamento integrando as 39 cidades deverá passar da esfera social ou econômica, deve abranger todas as características de um planejamento.

Um dos maiores problemas que a região metropolitana poderá ter em relação à falta de regularização do uso do solo é ocorrer uma disputa e segregação do solo urbano.

Criar novas instâncias e fortalecer estruturas governamentais não garante o sucesso da região Metropolitana do Vale. É necessário garantir ligações de recursos entre as cidades, haver maior acessibilidade entre as cidades. Com relação à burocracia, falta maior flexibilidade, mais agilidade em todos os processos legislativos e judiciários, pois temos muitas leis que não são cumpridas, será que a região Metropolitana será mais uma?

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANTICO, Claudia. LEAL, João Luis. **Região de Governo de São José dos Campos**. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, Migração em São Paulo, 4. Textos Nepo, 26, 1993.

Brasil. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume III - Regiões de Referência / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2008.**

**EMPLASA, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. – EEMPLASA Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte Aspectos Jurídicos / Institucionais / Técnico.** 2011.

**MAVALE, Macrozoneamento da região do Vale do Paraíba e do Litoral Norte do Estado de São Paulo.** INPE. São José dos Campos. INPE. 1992.

RAMOS, Vera Lúcia Alencar da Silva; **Jambeiro – Uma Cidade “quase esquecida”.** Monografia (Graduação) – Universidade de Taubaté. Departamento de Ciências Sociais e Letras. 1996.

RICCI, Fabio. **A economia cafeeira no Vale do Paraíba Paulista na República Velha.** Revista Brasileira de Gestão e desenvolvimento regional. Vol.4 nº3, p. 105-117, Taubaté, 2008.

O VALE, Jornal O Vale, entrevista com o **Paulo Romano Reschilian, Dia 27 de outubro de 2011.**

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: O Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX.** Tese de doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 66, DE 2011**